

RECEPTORES MAIS CRÍTICOS, TV DE MELHOR QUALIDADE

Gabriel Priolli fala sobre a participação da sociedade civil em defesa da qualidade da programação da TV, sobre os canais comunitários e universitários e sobre a importância de se trabalhar em prol da TV pública

O bom português o trouxe à profissão de jornalista; primeiro, no telejornalismo da TV Cultura, ainda nos idos dos anos 70, depois, no jornal impresso, para onde foi sem se desligar de sua experiência com a televisão, fazendo crítica à programação televisiva. Na revista *Imprensa*, consolidou a marca de crítico de mídia. Sempre batalhando pela qualidade da programação televisiva; é um dos profissionais mais atuantes na luta pela democratização dos meios de comunicação e pela regulamentação das TVs educativas como canais públicos, livres das injunções do poder estatal e da ditadura das receitas publicitárias. Destaca a importância da participação da sociedade civil, através de suas entidades e organizações representativas, na discussão sobre a qualidade das mensagens dos meios de comunicação e cita o exemplo da Venezuela, com os seus comitês de discussão sobre a mídia e a manipulação da opinião pública. Neste sen-

tido, não se esquece de ressaltar o papel da escola como formadora de receptores mais críticos e conscientes de seus direitos de cidadãos. À frente da TV PUC desde 1994, é um profissional que sabe da importância da Universidade na formação de bons profissionais para que se possa garantir maior qualidade e o controle da sociedade civil sobre os meios de comunicação.

Por **Roseli Fígaro**

Revista Comunicação & Educação: Gabriel, fale de sua formação e de sua experiência profissional no jornalismo.

Gabriel Priolli: Sou jornalista formado pela ECA, mas comecei a faculdade fazendo o curso de publicidade, pois já trabalhava em agências. Essa foi uma experiência muito importante para mim, porque quando terminei o curso básico, e ia entrar na parte específica, já tinha trabalhado com todas as linguagens possíveis, já tinha feito tudo, rádio, televisão, anúncio para jornal, folhetos,

tinha contato com as mais diversas mídias. Dentro da ECA, até pela época, ditadura militar, resistência, movimento estudantil, tomei contato com as idéias de esquerda e comecei a ter uma postura muito mais crítica em relação à atividade publicitária. O Jornalismo passou a chamar minha atenção. Via que a profissão tinha mais combatividade, passei a pensar que, com o jornalismo, eu poderia atuar mais politicamente. Durante a faculdade, estudei muito e tenho grande gratidão por todos os professores, mas aqueles a quem eu estava mais ligado eram Cremilda Medina, Sinval Medina e Paulo Roberto Leandro, com quem trabalhava na Agência Universitária de Notícias (AUN). Trabalhava em publicidade e, no outro período, trabalhava como editor estagiário na AUN. Depois o professor João Walter Sampaio Smolka¹, que era também diretor de jornalismo da TV Cultura, convidou-me para trabalhar com ele. Eu, que nunca tinha pensado em trabalhar em televisão, me vi, em primeiro de abril de 1975, estreando no jornalismo e no telejornalismo da TV Cultura. Entrei e, um mês depois, não queria fazer outra coisa na vida, já estava acostumado com a idéia da televisão.



Jornalista Gabriel Priolli

Fiquei na TV Cultura até janeiro de 1980 e, durante este período, fiz tudo no âmbito do departamento de jornalismo. Fui repórter e logo depois acumulei a função de repórter com a de editor. Depois fiz direção de programas, edição, apresentação, transmissão de programas especiais. Co-apresentei os festivais internacionais de *jazz*, no final dos anos 70 e início dos anos 80.

As décadas de 70 e 80 constituíram uma época bastante rica, de muita inovação tecnológica, foi quando se passou, na produção de jornalismo, da estrutura de produção toda baseada em filme para o videoteipe.

Foi a mudança de todo um modo de produção, o início de uma nova linguagem. Com a entrada do videoteipe, começou o padrão americano de narração de matérias, centrado na figura do repórter. Em 1980, quando o Paulo Maluf passou a governador do Estado, saí da TV Cultura. Ele modificou a direção de todas as estatais e para-estatais e deixou a TV Cultura para sobremesa, demitiu 30 pessoas da direção e do departamento de jornalismo. Depois disso, entrei na Folha de S. Paulo. Comecei na editoria de educação cujo editor-chefe era Perseu Abramo. Logo depois, por uma circunstância muito feliz,

1. João Walter Sampaio Smolka faleceu em 04/05/2002. Ele foi o autor do primeiro manual de telejornalismo publicado no Brasil, em 1971, pela Editora Vozes e Edusp. (N. Ed.)

Helô Machado, a editora da Folha Ilustrada, precisava de alguém para cobrir a área de televisão. Sabendo que eu tinha vindo havia pouco tempo da televisão, que tinha algum conhecimento da área, e vendo que desempenhava um bom trabalho na editoria de educação, propôs-me cobrir televisão. Era tudo o que eu queria: fazer jornal e, ao mesmo tempo, não perder meu vínculo com a televisão. Assim, fui pegando coisas para mim que não tinham me pedido, fiz crítica e comecei a editar uma coluna na área de indicação de programação, chamava-se *Destaques na TV*. Na medida em que virei editor e crítico da área, tive que começar a pensar metodicamente, estudar metodicamente e foi aí que direcionei meu trabalho para a crítica de televisão. Logo percebi que esse campo estava virgem, que não tinha ninguém, só tinha a Helena Silveira, uma pessoa muito respeitada e muito importante, mas fazia crônica, não tinha uma visão técnica. Depois, em 1983, tive uma passagem de seis meses pela Veja, como editor de televisão. Antes da Veja, fui para a Bandeirantes como diretor do Núcleo de Projetos Especiais. Dirigi documentários e produzi várias edições do *Canal Livre*, com o Fernando Barbosa Lima e o Roberto D'Ávila, aqui em São Paulo. Depois comecei a circular. Fiquei como colaborador na área de crítica da Folha em 84. Em 1985, trabalhei como assessor de imprensa para o *Festival dos festivais*, da TV Globo. Em 86, fui para a TV Gazeta, fiquei como diretor do programa *Mulheres*. Na época, era *Mulheres em desfile*, com a Ione Borges e a Claudete Troiano. Foi minha primeira

experiência com programação popular, de entretenimento e a tentativa de fazer uma abordagem um pouco mais jornalística deste tipo de programa. Também na Gazeta fiquei como diretor executivo do departamento de jornalismo, quando o diretor do departamento era o Alberto Helena Jr. Da Gazeta, fui para a revista *Imprensa*. Ela estava sendo criada pelo Dante Mattiussi, o Sinval Leão, o Paulo Markun e o Manoel Canabarro. Eles me convidaram para ser editor-chefe da revista. Entrei e um ano e meio depois era diretor de redação.

Foram quatro anos na *revista Imprensa*, para mim muito importantes, uma espécie de consolidação da minha carreira na área de crítica, fazendo um jornalismo especializado em mídia.

De lá fui para a TV Globo, época em que editei o *Jornal São Paulo Já*. Também, durante um período, fui editor do *Jornal Nacional* em São Paulo. Depois fiquei entre Globo e *Jornal da Tarde*, Estadão, sempre na área da mídia, como colaborador. Entrei na PUC como professor em 1981. Nesse período todo, paralelamente, fazia um trabalho como professor e também comecei a dirigir programas políticos e eleitorais do PT. Em 84, dirigi os programas regionais e nacionais do PT; em 85, estive na equipe que dirigiu o programa eleitoral do Suplicy para prefeito, depois, em 86, na campanha do Suplicy para governa-

dor. Em 88, participei da fase de planejamento da campanha da Erundina e do planejamento da primeira campanha presidencial do Lula. Enfim, fiz praticamente todas as eleições. Em 1996, fui para a Gazeta Mercantil tentar montar um núcleo de televisão. Fui convidado pelo Pimenta Neves para ser editor da área de TV e escrever uma coluna de televisão no Caderno Cultural. Ao longo de todo esse período, desde o final dos anos 70, comecei a mexer com projetos de televisão universitária, televisão educativa, voltei para a TV Cultura em 1999. Fiz as coisas mais variadas, passei por tudo.

NOVOS PROFISSIONAIS E HOMOGENEIZAÇÃO DA MÍDIA

RCE: *Você acha que essa área de crítica de televisão está consolidada?*

Gabriel: Totalmente consolidada. Hoje ela existe, é um segmento, é, efetivamente, uma área. Quem começou com isso, de crítica de mídia, foi o Alberto Dines, no Jornal dos Jornais, nos anos 70. Foi um trabalho, na verdade, uma versão anos 70, do que é o Observatório da Imprensa hoje. A área de crítica, crítica de mídia especificamente, particularmente a de televisão, era muito limitada. Não tinha *status*, ninguém queria escrever sobre televisão. Escrever sobre televisão era um castigo, porque todo mundo queria ser crítico de música, crítico de cinema, crítico de artes plásticas, crítico literário, isso era o que tinha *status*.

RCE: *O que você acha mais importante hoje na formação dos jovens jornalistas?*

Gabriel: Duas coisas são absolutamente básicas, elementares: o estudo da língua e de História. Acho que a grande lacuna dos jovens colegas é exatamente a desinformação sobre a História, particularmente a contemporânea, mais recente. Outra coisa é ter curiosidade, ter interesse e disposição de absorver informação, não importando de onde ela venha. Sempre fui uma esponja para informação. Sempre li muita revista, o que caía na mão lia, adorava fotonovela, e isso foi uma coisa muito boa, serviu-me depois, como diretor de televisão, deu-me uma noção de roteirização, de como contar histórias com imagens. Fui da primeira geração de telespectadores. Havia poucos canais, a programação era pequena. Não era como hoje que o menino se bombardeia de televisão e de Internet. A informação vinha de outra forma. Naquela época se lia muito livro, revista. Acho que essas são as principais coisas.

RCE: *Você acha que a mudança de hábito, da forma que se recebe a informação tem papel na formação das novas gerações, dos nossos futuros jornalistas?*

Gabriel: Hoje o volume de informação é muito grande, mas a qualidade dessa informação é discutível. Há muita redundância, recebe-se muito do mesmo e não se tem diversidade de fontes. Por outro lado, sinto uma certa falta de incentivo, não vou dizer que é só da família, é escola, a sociedade como um todo. Ao não ler livros, perde-se um determinado tipo de informação. Não que ela não esteja disponível na Internet, mas a forma como se aprende

na Internet é muito mais fragmentada do que aquela que se lê no próprio livro, estudando, fichando. Evidentemente isso leva a mudanças em como articular e manipular estas informações, bem como na forma que ela será expressa. Para textos curtos, para informações curtas, objetivas, é mais fácil o jovem estudante ir ao ponto, aliás com muita vivacidade, criatividade. O difícil é ver os jovens encararem textos mais aprofundados, mais longos, que exigem uma reflexão mais aprofundada e uma exposição mais demorada.

Sinto um empobrecimento dramático do uso da língua, no plano gramatical, léxico e estilístico, sobretudo. Muita gente até que escreve corretamente. O duro é escrever bem, bonito, com estilo. Não percebo nos jovens jornalistas o orgulho de ter o texto, de saber escrever com estilo.

RCE: *Poucas empresas de comunicação controlam, cada vez mais, desde o processo de produção à distribuição dos bens culturais e da informação. Que importância isso tem para a sociedade contemporânea, para a formação dos novos profissionais e para o público principalmente?*

Gabriel: Poucas empresas dominam os meios de produção e difusão cultural, e são cada vez menos, na medida

em que estão havendo fusões no plano internacional. A tendência é ter cada vez menos gente controlando um número cada vez maior de grandes veículos. Isso diria na chamada mídia industrial, na grande mídia. Por outro lado, pelo desenvolvimento das tecnologias e a facilitação de acesso a elas, nunca foi tão fácil fazer mídia alternativa, e também nunca vi tamanho florescimento de publicações alternativas. É claro que o controle da grande mídia, por um número pequeno de empresas, está levando, progressivamente, a uma padronização, o que tem efeitos na própria formação do estudante. Na verdade, o que se busca na grande mídia é a homogeneização e não a diversidade. No entanto, a diversidade é que deveria ser incentivada, para se ter exatamente um diferencial de produto, mas não é isso o que se vê.

RCE: *Isso não é um paradoxo?*

Gabriel: É um sério paradoxo que compromete terrivelmente a formação. Uma coisa que sinto, hoje com 30 anos de vivência em escola de comunicação, é que a expectativa do jovem em relação à formação na área de comunicação também mudou. O jovem chega muito mais disposto a aprender o padrão e rapidamente assumir o domínio técnico desse padrão tradicional e, o mais rápido possível, se inserir no mercado. Infelizmente não há a idéia de entrar na escola de comunicação querendo explodir com o padrão, para criar um novo padrão. No telejornalismo é impressionante, parece que todos os jovens repórteres saíram de uma fôrma, de uma fábrica. Não há a busca de uma

personalidade, de uma individualidade. A personalidade, quando se desenvolve, forma-se depois de anos. Só alguns conseguem atingir a sua *persona* jornalística. Está faltando nas escolas o incentivo para que os jovens desenvolvessem isso desde sempre. Nessa área, o que interessa é a singularidade para ser um nome que se destaque na paisagem. Porque, na medida em que a mídia avança, há cada vez mais gente no mercado. Isso tem a ver com a estandardização da mídia, criando uma determinada expectativa no futuro profissional de comunicação à qual as escolas acabam atendendo. Uma outra coisa que falta é a escola de comunicação se libertar da herança de ser extremamente crítica em relação às mídias. Ela tem que ser crítica, evidentemente, mas deve ter uma postura, uma ótica através da qual pode preparar o jovem para ser empreendedor na área da mídia. Há um certo preconceito em relação ao ato de empresariar-se na área da mídia. Parece que abrir um negócio em mídia não é uma coisa muito valorizada. Falta essa cultura, temos que arquivar o preconceito e preparar esses meninos para situações profissionais que estão acontecendo agora neste século.

RCE: *Com a entrada do capital externo nas empresas de comunicação, o que você acha que vai mudar nesse cenário?*

Gabriel: Por enquanto o cenário ainda está muito indefinido. É um assunto muito discutido e, na verdade, os movimentos reais para saber quem está negociando com quem, qual é o interesse, como estão se posicionando os grandes grupos, segue ainda muito obs-

curo. Precisamos esperar um pouco para ver onde vai dar. No entanto, mesmo com o limite de 30%, é difícil o consórcio estrangeiro que venha pôr dinheiro numa indústria de comunicação deficitária, não querendo fazer ingerências sobre o conteúdo da programação. Sem contar possíveis manobras jurídicas e contábeis para que estes 30% se constituam numa maioria. Mesmo dentro das regras dificilmente o sócio estrangeiro não interferirá no conteúdo. Também é muito difícil, pela lógica da coisa, que um sócio estrangeiro que presume-se, seja da área de mídia e ligado, portanto, a empreendimentos da mídia internacionais, não queira, por uma questão de racionalização de custos, distribuir, aqui, produções já prontas vindas de outros lugares, estreitando nosso mercado de trabalho e aumentando a distribuição do produto estrangeiro na televisão. Afinal, essa é a lógica do próprio mercado.

Na globalização, na qual se tem penetração de capital estrangeiro, se tem penetração do produto estrangeiro e não o incentivo do capital estrangeiro ao produto nacional.

Na TV paga a coisa é mais dramática, pois está prestes a haver liberação total para que o controle da empresa seja totalmente desnacionalizado. Este é um problema cultural e um problema de mercado para todos os profissionais da comunicação.

RCE: *A televisão brasileira, nesses anos todos de história, tem sido uma te-*

levisão que produz grande parte de sua programação. Hoje quase 80% da programação é nacionalizada. Essa realidade tende a mudar, pelo que você está colocando. O que isso tem a ver com a nossa cultura, com a nossa identidade nesse momento em que se discute tanto, na globalização, a perda das identidades?

Gabriel: Na verdade quem tem um índice alto de nacionalização é a Globo, as TVs públicas e as TVs educativas. As demais têm um índice bem mais baixo, já contam mais com o produto estrangeiro. Mas ainda há a maioria de produto nacional. A lógica da abertura de capital estrangeiro é que haja um impacto em relação a isso. E, portanto, haja uma necessidade maior de defender o produto nacional, é uma reação de mercado. Hoje tem-se de defender as redes nacionais. Seria uma leitura totalmente míope continuar a atacar a Rede Globo como se fazia nos anos 70. Porque a Globo hoje é a maior empregadora do audiovisual no Brasil, ela tem 10 mil funcionários. Então, tem de ser altamente incentivada a continuar a fazer isso, assim como as outras. Porque senão, além da desnacionalização do produto na televisão para a população, você tem um golpe na produção, a perda de capacidade na produção. O que a médio e longo prazo é um desastre.

RCE: *De certa forma isso já começa a ser gestado com esta parceria da Telemundo e da Globo, produzindo telenovela com a tecnologia brasileira para os telespectadores hispânicos dos Estados Unidos.*

Gabriel: Esse contrato achei muito interessante. Hoje ser contra a globalização é como ser contra a lei da

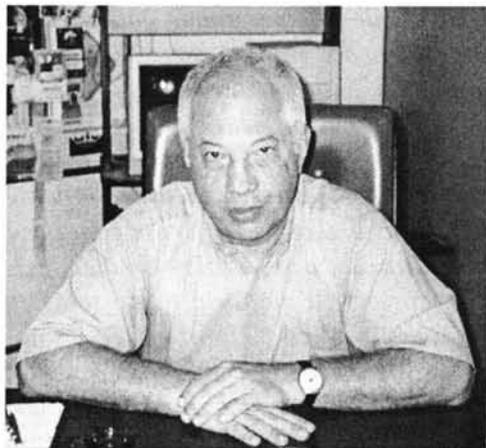
gravidade, é ser contra um movimento histórico e isso é um absurdo. O problema é como se inserir neste processo. Nós temos que combater uma inserção dependente, temos que ter uma inserção que seja afirmativa. Então globalização sim, no nosso mercado mas também no mercado dos outros. Ou seja, entram com produto estrangeiro aqui, numa proporção que não nos descaracterize culturalmente, não agrida nossos valores, não transforme o país numa coisa diferente do que ele é na televisão, mas, por outro lado, nós também temos que ir para fora. Abrimos nosso mercado, mas queremos isonomia, queremos abertura no mercado dos outros, e queremos o produto brasileiro disputando o mercado. Nós somos competentes. Precisamos é parar com a síndrome de vira-latas, à qual Nelson Rodrigues aludia, de achar que nós não podemos. Nós temos mais dificuldades que os outros nesse campo audiovisual porque nós falamos português. É uma língua que, embora tenha uma grande expressão numérica, por causa do tamanho do Brasil, é muito pouco difundida. Se aqui fosse um país francófono, por exemplo, estaríamos lá na frente em termos de produção audiovisual, estaríamos muito à frente da Austrália, do Canadá, que são centros produtores importantes. Nós temos que fazer um produto que tenha qualidade técnica e que supere essa limitação da barreira da língua. Então achei ótima essa iniciativa da Globo, sobretudo no mercado hispânico, com o qual nós temos identidade cultural total. As novelas mexicanas, colombianas, venezuelanas funcionam no Brasil porque somos o mesmo povo, temos a mesma alma, o mesmo senti-

mento, a mesma tendência ao melodrama, todo mundo chora junto, é todo mundo igual. É muito interessante esse negócio de a Globo entrar no mercado hispânico dos EUA. Temos de aprender a produzir em espanhol no Brasil, a produzir em inglês, a produzir em francês. Se o cinema europeu é poliglota, porque nós temos que produzir tudo em português? Vamos produzir para o mercado externo, vamos globalizar também.

QUALIDADE DE PROGRAMAÇÃO E DEMOCRACIA

RCE: *Setores da sociedade civil vêm alertando para a baixa qualidade da programação televisiva, propondo formas de controle. Qual seu ponto de vista sobre o assunto e como esse controle pode ser exercido?*

Gabriel: Tem de ter controle. Há uma perda de qualidade na programação de modo geral, particularmente em alguns gêneros. E o principal deles é o *show* de auditório. Nunca tivemos uma fase tão ruim. Praticamente não temos mais *shows* musicais de auditório, paradas de sucesso. Por outro lado, os *shows* com vulgaridade explícita, com apelo a tudo o que é discutível estão aumentando com uma força muito grande. Temos algum problema de qualificação em novelas, houve uma perda de substância. A temática dos autores está se repetindo. Há um certo esgotamento temático e de formato também. A telenovela está enfrentando inegavelmente uma crise. Houve uma redução da qualidade, de modo geral, o que em alguns casos, tem levado a exageros, a abusos que precisam ser coibidos.



Prioli dedica-se a qualidade da programação televisiva em todos os níveis

O discurso de que exercer controle sobre a televisão é censura, é um discurso falso, mal intencionado, de má fé, que tenta confundir controle social da televisão, controle democrático dos meios de comunicação com censura autoritária.

Tem de haver controle social. A televisão é uma concessão pública, não podemos jamais perder isso de vista. Ela não pertence aos empresários de comunicação, ela pertence ao povo brasileiro no seu todo, ela é um patrimônio público e como patrimônio público tem de ser administrada, gerida com critérios de interesse público. O Conselho de Comunicação Social, depois de 14 anos de luta, está na Constituição de 1988, só agora foi constituído e ainda é limitado. O Conselho precisa ser reforma-

do, ser ampliado, e não extinto. A Comissão de Classificação de Programas, montada pelo Ministério da Justiça, também precisa ser reformada, ampliada, melhorada, porque do jeito que está não funciona. Sou um pouco cético em relação ao controle de programação por faixa etária e por faixa de horário. Como fazer isso num país de quatro fusos horários? A televisão nacional é emitida para o País inteiro a partir do Sudeste e, portanto, coloca-se a ditadura de um fuso horário sobre as demais regiões. Está faltando uma problematização maior da questão da televisão na sociedade, as pessoas precisam discutir, ver legitimidade em discutir televisão, isso deveria ser incentivado. Acredito em grupos de pressão, na organização de grupos de telespectadores autônomos, ONGs articuladas pressionando o Estado. Prefiro um sistema de representação de interesses que seja mais capilarizado, mais autônomo do que um sistema mediado pelo Estado, no qual os interesses da radiodifusão estão sempre muito presentes e tendem a controlar as coisas, como, por exemplo, essa votação da regionalização da programação. Os interesses da radiodifusão são muito fortes politicamente no Congresso Nacional. Criam-se comissões no âmbito do legislativo e também do executivo, mas elas são sempre imperfeitas, sempre cheias de problemas. Prefiro defender uma representação mais autônoma, mais livre. Na verdade, gostaria de ver uma grande rede de grupos TVer pelo Brasil inteiro. Grupos TVer populares, em favelas, grupos de pressão em todo lugar, Associação de Telespectadores da Rocinha, Socieda-

de dos Usuários de Televisão de não sei onde.

RCE: *Você citou o TVer. O que é isso?*

Gabriel: O grupo TVer é uma ONG articulada inicialmente por Marta Suplicy, quando ela ainda não era prefeita, que congregou um grupo de intelectuais e profissionais da área de mídia e também de professores, profissionais liberais, gente preocupada exatamente com o controle e disciplinamento da mídia, particularmente da televisão. Como grupo de pressão, atuando diretamente junto às emissoras e ao Estado através da expressão pública de seus componentes, ele tem cumprido um papel muito importante. Só que gostaria da popularização deste processo. Os sindicatos têm que trabalhar nesse plano, as associações de moradores também. As pessoas discutem saúde, condições de moradia, educação, abastecimento, discutem nas comunidades populares todos os problemas. Por que não vão discutir televisão, que é algo a que elas dedicam quatro, cinco, seis horas da sua vida diariamente? Elas têm o direito de discutir isso, e mais, elas têm o dever de fazer isso. Quando tivermos uma rede de organizações sociais livres, em torno da questão da mídia em geral, e da televisão em particular, exercendo pressão, coordenando esta pressão sobre o Congresso, sobre o governo, e, principalmente, sobre as emissoras, a situação muda.

RCE: *Essa preocupação toda, qualidade da informação, democratização das mídias, o que a escola tem a ver com isso? A escola pode jogar um papel?*

Gabriel: Sem dúvida que sim. Vem jogando. Isso é uma contradição, pois o próprio desenvolvimento da mídia nessas três últimas décadas, que acompanhei diretamente, leva à ampliação da discussão sobre o papel da mídia, leva a um paradoxo. Ela mesmo se expande e expande o volume de informação em circulação, estimula a consciência crítica e acaba sendo o alvo também da própria reflexão crítica.

A escola está com um problema de identidade, está tentando encontrar seu papel, saber qual é a melhor maneira de cumprir sua função numa época de cultura em plena mutação, fragmentada.

A universidade está com uma grande dificuldade de encontrar, não qual é o seu papel, porque o papel de mediadora, de articuladora, de estimuladora ela tem claro, mas os métodos para fazer isso. Como é que se lida com tantas mudanças? A escola está com uma dificuldade de encontrar métodos de trabalhar nesse período em que a cultura é fragmentada, em que a informação vem em velocidade e volume grande, totalmente em mosaicos. A escola e a universidade têm de aprofundar essa discussão de como se colocar. É muito difícil a tarefa daqueles que estão na área de ensino de comunicação e de educação. Tudo é extremamente transitório, volátil, se passa numa velocidade muito grande. A universidade é

uma instituição que opera num ritmo oposto ao ritmo em que a mídia e a cultura andam atualmente.

RCE: *E a escola básica e o ensino fundamental? Que papel tem o professor, a professora que está com a criança que assiste à televisão, que assiste à telenovela, o que eles fazem com isso?*

Gabriel: Eles têm de ter uma consciência mais clara desse papel de mediação que a escola, de um lado, e a família, de outro, têm em relação à mídia. Primeiro, parar de rechaçar em bloco. Porque ainda existe aquela idéia de que a criança que está vendo televisão ou está lendo gibi e não está estudando, está perdendo tempo. Esta é uma visão absurdamente retrógrada. A criança está exposta à informação o tempo inteiro. A que tipo de informação ela está exposta? Como se pode buscar os elementos da informação a que ela está exposta para contextualizá-los e *linkar* com outros temas de cultura que são relevantes para a formação dela, ou seja, trabalhar a televisão, olhar de uma forma positiva, como aliada? Esta postura está avançando também. Neste sentido, o projeto da TV Escola é um projeto muito positivo, deu uma grande contribuição. É muito legal chegar numa escola de periferia, e ver lá uma televisão ligada, um funcionário gravando o programa, ver uma videoteca montada, ver os professores indo retirar programas para preparar uma aula, para passar para os alunos, para fazer um debate em relação a isso. Esse é o papel e temos de avançar. Mas há um outro passo: temos de introduzir o conteúdo mídia nas grades curriculares. Não digo criar uma disciplina de mídia.

As crianças têm de discutir
mídia, produzir jornaizinhos,
programas de televisão,
têm de manipular mídia, ter o
domínio, saber as noções
elementares de linguagem,
aí sim teremos consumidores
de mídia muito
mais críticos.

Mas, para isso, os professores têm de espanar as idéias. Como trabalho com essa área de televisão educativa, freqüentemente tenho contato com gente de educação e vejo que ainda existe um fortíssimo preconceito. E assim fica difícil, pois a TV é uma coisa onipresente, a mídia, e particularmente a televisão, perpassa todas as instâncias da vida social, ela é fortíssima, tem um poder de influência muito grande e corre solta. As leis são fracas, não há mobilização social efetiva para controlar. E por outro lado, no plano educativo, muitos professores olham como se não fosse assunto deles.

RCE: *Você acha que aí está a concepção de que a televisão não educa?*

Gabriel: Sim, há uma concepção ainda muito, como diria, escolástica. Vem daquela crença em um *corpus* de conhecimento, de um conjunto de conhecimentos consolidados, e que transmitir e fixar estes conhecimentos é a tarefa do educador, de que ali está o conhecimento que precisa ser absorvido, adquirido. Essa é uma idéia que, pela própria forma como a cultura se expressa hoje, é falsa. O que é conhecimento? O que deve ser conhe-

cido efetivamente? O que é essencial e para quem? De repente estamos vivendo um processo histórico muito louco, houve uma aceleração da história. Hoje, tudo acontece num ritmo desconcertante e as áreas mais tradicionais têm uma dificuldade maior do que outras de se adaptar. A educação precisa enfrentar este problema sem medo de se mexer para exercer o seu papel. Se a escola se demonstrasse perfeitamente inútil, as pessoas deixariam de ir à escola. As escolas que estão tendo maior sucesso, trabalham pela integração de todas as dimensões do jovem. A mídia tem de ir para a escola, e a escola tem de assumir isso.

RCE: *Será que a escola ainda não enxerga a mídia como produtora de conhecimento? Será que esse preconceito não vem daí?*

Gabriel: Seguramente. A escola tem de acabar com essa sua concepção de auto-suficiência, achar que ela encarna o saber, essa idéia de que “nós temos o conhecimento aqui e nossa missão é passar esse conhecimento”. Desculpe-me, a escola tem uma parte do conhecimento, mas ele é muito mais amplo do que isso, tem muito mais donos, e o papel da escola é tentar articular, ou seja, tentar fazer com que seu aluno tenha a capacidade de se antenar com o mundo, e articular esses conteúdos e trabalhar com eles. É esse o papel da escola.

RCE: *Por que então a televisão educativa tem tão baixa audiência?*

Gabriel: Essa é uma grande contradição. As pessoas são muito contraditórias quando discutem esse assunto. Elas dizem que a televisão não está boa, que está cheia de baixaria, que deveria

panela de pressão, que tem de ser definida de alguma forma, senão vai explodir. Avançou-se no sentido de se conceituar a questão da TV pública, a necessidade de transição de um modelo para outro, mas a operacionalização está complexa, está mal resolvida. Caminhou-se pouco. Há vários interesses, até por ser uma TV pública. Bem conceituada a questão já está, o que precisa agora é operacionalizar, é transformar o conceito em realidade, virar alguma coisa concretamente diferente. O modelo da TV Cultura é um modelo que começa a ser exportado, já foi adotado, com adaptações, pela TV Educativa do Rio de Janeiro. A TVE já tem um regime jurídico próprio, mas sua dependência econômica total do governo federal precisa mudar. Do ponto de vista jurídico, do ponto de vista conceitual e de como estruturar, a coisa avançou muito. E isto começou a capilarizar para as demais TVs educativas do Brasil afora, essa discussão está presente em todos os lugares. O problema é a parte do dinheiro. Vamos tomar medidas, aproveitar que agora temos um novo governo, vamos propor uma reforma em que o passo, do ponto de vista do financiamento, seja dado e que se rompa o cordão umbilical com o financiamento estatal, finalmente. Mas que se busque uma fórmula para o financiamento direto, que não mate as televisões educativas. A idéia é que elas floresçam.

RCE: *Com o novo governo federal progressista, você acha que nos Estados, na maioria dos Estados, onde essa renovação não houve, a tendência dos governos estaduais é puxar as TVs educativas para si?*

Gabriel: Sem dúvida alguma. As mudanças de que falamos não serão fá-

ceis. Uma parte das televisões é ligada a governos e nos centros menores, onde se tem menos vigilância, onde a opinião pública é menos articulada e não tem um peso tão grande, os grupos políticos dominam a televisão educativa totalmente, e entendem a TV educativa como parte de sua estrutura de comunicação de governo. É assim que elas são vistas. Isso é uma coisa que acontece há muito tempo, de uma forma tão natural que todo mundo acha que é assim mesmo. Agora, felizmente, com o avanço do debate sobre o projeto de televisão, esta contradição está sendo levada em todo lugar. Já não é mais tão tranquilo. Não que o governo vá deixar de instrumentalizar, vá instrumentalizar menos, mas faz isso com oposição. Por exemplo, na Bahia, a televisão educativa é mais governista do que a própria emissora do Antônio Carlos Magalhães, na qual a TV Globo controla o jornalismo, por exemplo, por imposição da rede. Então os baianos têm um jornalismo mais independente na televisão do Antônio Carlos do que na TV educativa que é *carlista* até a tampa. Isso é só um exemplo. Não quero particularizar o caso da Bahia porque é assim em diversos outros lugares, e não só nos lugares onde se aponta o coronelismo eletrônico, clássico: Bahia, Maranhão; no Sul, no Mato Grosso do Sul, há problemas, há uma certa concepção instrumentalista da televisão educativa.

RCE: *Nesse cenário, como poderíamos ver tanto a legislação quanto as práticas que começam a se constituir em torno das TVs comunitárias, das TVs universitárias e da TV pública?*

Gabriel: Trata-se de um sistema de comunicação público. Deve ser desen-

volvido, pensado como tal, estimulado a diversas formas de articulação. Há uma idéia de que é uma bobagem ficar dispersando recursos públicos nessa proliferação de canais, quando se deveria colocar todo o dinheiro na TV Cultura e nas TVs educativas. Sou contra isso, acho que isso está errado. Tem de ter dinheiro lá e dinheiro cá. Precisamos ter um sistema, uma malha de canais públicos. No caso dos que você citou, a grande limitação deles é que eles estão apenas na TV a cabo. E a TV a cabo é um fracasso no Brasil, atinge apenas 3,5 milhões de assinantes, talvez em torno de uns 15 milhões de pessoas no máximo. Isso é um tanto limitado. A televisão comunitária, a televisão universitária, a televisão legislativa, todos estes canais de interesse público atingem cerca de 10% do conjunto de telespectadores da TV aberta. Ou seja, esse sistema tem de ser disponibilizado em outras tecnologias. Ele tem de sair do gueto do cabo. É o que defendemos para a TV universitária, por exemplo. A ABTU, Associação Brasileira de Televisão Universitária, que presido, defende canais educativos, e particularmente a televisão universitária, em todas as tecnologias existentes e vindouras de televisão. Queremos assegurar o canal universitário na televisão aberta, UHF, VHF, MMDS, DTH, onde tiver sistema de televisão tem de ter televisão educativa e os canais públicos todos. Não acho que deva existir uma instância coordenadora e centralizadora. Deve haver um sistema público, descentralizado politicamente, com pólos de poder diferentes: a instância das universidades, os canais comunitários das ONGs, os canais

educativos através de associações organizadas localmente, regionalmente, eventualmente, confederadas, mas sem uma instância central que discipline tudo, isso não é democracia, isso não é bom. É melhor se ter um sistema público, buscando formas de articulação, mas não acho que deva haver um Big Brother, uma grande voz organizadora.

A idéia do sistema público é ser complementar à televisão privada, comercial, prover naquilo que ela não oferece e, basicamente, oferecer espaço à heterogeneidade cultural e às formas de manifestações.

Deve haver regras que disciplinem isso, porque senão vira uma balbúrdia, mas sem direção centralizada.

RCE: *Você acha que o que está sendo gestado em torno das rádios comunitárias vem ao encontro da proposta de sistema público?*

Gabriel: A radiodifusão comunitária tanto de emissoras de rádio e de televisão abertas, de baixa potência, faz parte desse sistema. Não diria que é o paradigma, que é a saída, este é o melhor modelo! É um dos modelos. A idéia de se ter canais locais, comunitários, muito mais ligados às suas populações, dando vazão a uma produção cultural muito mais localizada, cumpre um papel, assim como cumpre um papel uma rede nacional educativa também. Defendo um sistema complexo e integrado, tendo as várias dimensões da

experiência de comunicação pública e educativa. O bom é ter todos os modelos. Esses canais de interesse público criados no cabo, eles são, antes de mais nada, um laboratório muito interessante de análise, de possibilidades de comunicação pública e democrática no Brasil. Estamos experimentando formas de convivência. Temos grandes dificuldades, quando se fala Canal Universitário de São Paulo, onde temos apenas nove instituições. Agora pense o problema do Canal Comunitário de São Paulo, que tem mais de 200 instituições. É muito complicado. É correto a lei colocar formas de compartilhamento, porque estimula a convivência democrática. As pessoas têm de brigar, encontrar meios de se aturarem, acharem uma linha que seja aceitável para todo mundo. Esse é o método de negociação democrática, mas é muito difícil, estamos criando padrões. Não temos experiência. Esse sistema que existe no Brasil, criado pela lei do Cabo, é único no mundo. Não existe nenhum outro lugar que tenha, como nós já temos hoje, 38 canais universitários na TV a cabo, todos autônomos. A idéia que temos aqui é uma idéia muito ousada. Há toda uma discussão em torno do perfil de um canal universitário. Se deve ser um canal laboratorial, feito pelos alunos, ou um canal institucional, ou um canal educativo de terceiro grau, de alto nível. Estamos experimentando todos os padrões. Como se monta uma grade coletivamente, como se atende os segmentos da universidade, como se relacionar com a mídia em geral, com o público externo, são todos problemas novos. Nessa área de cabo difusão, dos canais básicos de utilização

gratuita, mais conhecidos como canais de acesso público, faz-se um grande laboratório do que pode ser um processo de democratização da comunicação audiovisual.

RCE: *Voltando às TVs universitárias, você já está à frente da TV PUC há muito tempo, você podia contar um pouquinho da experiência da TV PUC e dizer afinal, qual o público da TV universitária?*

Gabriel: A TV PUC é um projeto da PUC de São Paulo que começou em 1994 no âmbito das discussões da educação a distância. Depois a TV PUC se constituiu numa produtora e programadora de televisão. Nós produzimos muito material educativo e cultural, e programamos parte do Canal Universitário de São Paulo. O fato é que nós somos uma produtora e programadora de televisão que tem duas missões: fazer com que o conhecimento gerado pela PUC de São Paulo chegue mais rapidamente à sociedade, facilitando a comunicação entre a universidade e a sociedade, e dando mais transparência ao trabalho da PUC, não só ao acadêmico, mas também ao comunitário, aos nossos projetos, aos professores, às teses que são feitas aqui. E o outro é capacitar a própria comunidade universitária no uso dessa tecnologia.

A idéia é a de que a tecnologia da televisão passe a ser uma ferramenta de trabalho como outras e esteja ao alcance dos professores e estudantes, para que eles dêem vazão à sua produção.

Começamos a trabalhar em 1994, fizemos um acordo operacional com a Net São Paulo. Em 97, participamos da criação do Canal Universitário de São Paulo, com outras oito universidades. Esse canal ficou sediado de novembro de 97 até o final de 99 aqui na PUC. Hoje distribuímos programação através do Canal Universitário de São Paulo, através da TV Escola do Ministério da Educação, da TV Cultura e Arte, do Ministério da Cultura, temos um acordo operacional com a TV Cultura e distribuímos pela STV, a Rede Sesc/Senac de Televisão. Enfim, nós temos uma concepção muito clara de que TV universitária é aquela que é produzida pela universidade e tem linhas diferentes de produtos. Aqueles feitos por estudantes e professores com finalidades laboratoriais, mais experimentais, os programas de divulgação jornalística das atividades da universidade, programas de debate de problemas na perspectiva da universidade, sem preocupação com grandes revoluções formais e também prestamos serviços de televisão para terceiros, que é uma forma de nos financiarmos e produzirmos nossos próprios programas. A televisão universitária tem uma série de problemas. Mas a universidade está se lançando nessa atividade com surpreendente entusiasmo. Porque considerando que a lei da TV a cabo é de 95 e que os primeiros canais são de 97, em 5 anos já temos 38 canais operando no País, e 106 universidades produzindo televisão, é uma coisa significativa. São 106 entre 1800 universidades, ainda não são 10% das universidades brasileiras produzindo televisão regularmente, ainda é muito pouco, mas é muito considerando o

período curto de tempo. As coisas estão, ainda, pouco profissionalizadas, a maior parte dos núcleos de televisão não são dirigidos por profissionais de televisão ou por professores com experiência em produção de televisão, ainda existe pouquíssima articulação entre a produção efetiva de televisão e a reflexão sobre televisão, isso está muito distante.

Existe muita indefinição sobre modelo, se se faz uma televisão laboratorial, ou se se faz uma televisão institucional só ligada às reitorias, enfim, qual é o modelo. Diria que há muita coisa por fazer.

Cada universidade está gastando com o canal universitário não menos do que 500 mil reais por ano. E isso é muito dinheiro. Na televisão comercial isso é troco. Só a Globo fatura 1,5 milhão de reais por dia com novelas. Estamos falando de 500 mil reais por ano, mas para a universidade é muito dinheiro. Outro problema é a inserção da televisão dentro da estrutura institucional da universidade. Não se tem nos planos de carreira as funções correspondentes, existem problemas de institucionalização e os problemas políticos, os departamentos ficam brigando pela hegemonia sobre a televisão. No nosso caso, podemos avançar, exatamente porque somos independentes e nos posicionamos como uma televisão da universidade, achamos tão importante ter a presença da Comunicação como a presença da Matemática

ca, da Psicologia, das ciências da Religião. Há uma ordem enorme de problemas, com muito pouca gente qualificada tecnicamente, academicamente para discuti-los e encontrar soluções factíveis.

RCE: *Que perspectivas você nos aponta com o novo governo? Como é que você está vendo, que desafios novos enfrentaremos?*

Gabriel: O Partido dos Trabalhadores sempre teve uma postura favorável a todas as demandas de democratização das comunicações, sempre foi um aliado. Agora que ele é situação, a expectativa é a de que ele trabalhe para que o que era projeto vire realidade. Ele tem os meios para que muita coisa mude. Eu não vou ser ingênuo de ima-

ginar que vamos fazer uma revolução na mídia. Até porque não é um governo só do PT. É um governo de coalizão, é um governo de composição. Podemos ter alguns avanços, por exemplo, como esse projeto de regionalização da programação que foi aprovado na Câmara e vai para o Senado. Na forma em que ele foi apresentado não gosto, acho ruim. Ele tem embutido alguns subterfúgios para permitir às emissoras de televisão burlarem o espírito da idéia de regionalização. Também precisamos ter um ordenamento de toda a legislação de comunicações. Espero que se vote uma lei geral de conteúdo de comunicação, que discipline a radiodifusão, que se disciplinem os conteúdos de modo geral. Já temos a parte de telecomunicações, temos que ver a parte conteudística.

Resumo: Gabriel Priolli, jornalista, crítico de televisão, professor e diretor da TV PUC de São Paulo, em entrevista a *Comunicação & Educação*, fala sobre sua formação acadêmica e sua experiência na publicidade, no telejornalismo e no jornalismo impresso. Desde os anos 80, atua como crítico de televisão, área que viu nascer até se consolidar nos anos 90. Ele esclarece a diferença conceitual entre TV pública e TV estatal e argumenta sobre a importância de a sociedade civil ter maior controle sobre a qualidade da programação da televisão. Fala ainda sobre TV educativa, canais comunitários a cabo e sobre o canal universitário. Destaca o papel da escola na formação de receptores mais críticos.

Palavras-chave: Gabriel Priolli, TV pública, canal universitário, TV PUC, controle social da mídia

(More critical receivers, better quality TV)

Abstract: Gabriel Priolli, journalist, television critic, professor and director of PUC TV, São Paulo, in an interview given to *Comunicação & Educação*, talks about his academic background and about his experience in advertising, telejournalism and in the press. Since the 1980's, he has been performing as a television critic, an area he witnessed being born and, then, consolidating in the 1990's. He clarifies the conceptual difference between public TV and state TV and argues how important it is for civil society to have more control over the quality of television programming. He also speaks about educative TV, community and cable channels, and on the university channel. He emphasizes the roll the school has in educating receptors who are more critical.

Key words: Gabriel Priolli, public TV, university channel, TV PUC, social control over the media.